

#### CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DA BAHIA

Av. Tancredo Neves, 2539 - Ed. CEO Salvador Shopping - Torre Londres - Térreo / 31o. Andar, - Bairro Caminho das Árvores, Salvador/BA, CEP 41820-021

Telefone: (71) 2109-4000 - www.crcba.org.br E-mail: crcba@crc-ba.org.br

# AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - INEX - NLL

Processo nº 9079604110000156.000080/2025-56

**Unidade Gestora: CRCBA-DESENPROF** 

## 1. DO RECONHECIMENTO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

- 1.1. O Agente de Contratação Eraldo Galdino da Silva Júnior **RECONHECE** a situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 72, caput, da Lei nº 14.133/2021, fundamentado no inciso III, alínea "f" do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, conforme Termo de Referência SEI nº 0950872.
- 1.2. **Do Objeto**:Contratação do Palestrante Altair Matias Alves, (Nome Empresarial JP SERVICOS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA, inscrito sob nº de CNPJ: 13.365.777/0001-00) em razão da XVII Convenção de Contabilidade da Bahia, para participar do "Talk Show PME Gestão nas empresas contábeis: vendas, processos, pessoas e tecnologias" e ministrar a palestra com tema "Estruturação, posicionamento e escala nas empresas contábeis", no dia 12 de setembro de 2025, das 14h30 às 16h30, em Salvador-BA.
- 1.3. Conforme a Orientação Normativa AGU nº 69, fica dispensada a análise jurídica:

Não é obrigatória manifestação jurídica nas contratações diretas de pequeno valor com fundamento no art. 75, I ou II, e § 3º da lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo se houver celebração de contrato administrativo e este não for padronizado pelo órgão de assessoramento jurídico, ou nas hipóteses em que o administrador tenha suscitado dúvida a respeito da legalidade da dispensa de licitação. Aplica-se o mesmo entendimento às contratações diretas fundadas no art. 74, da lei nº 14.133, de 2021, desde que seus valores não ultrapassem os limites previstos nos incisos i e ii do art. 75, da lei nº 14.133, de 2021.

1.4. Encaminhe-se o presente documento para **AUTORIZAÇÃO** pelo Presidente Sérvio Túlio dos Santos de Moura, nos termos do inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

### 2. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

#### 2.1. Justificativa e razão da escolha do fornecedor :

Com fundamento na Lei nº 12.249/2010, que atribui aos Conselhos de Contabilidade a competência de promover a Educação Continuada aos seus registrados, o Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRCBA) incluiu em seu plano de trabalho o Programa de Gestão de Educação Continuada, que contempla a realização da XVII Convenção de Contabilidade da Bahia, por meio do projeto nº 3012.

Destaca-se, ainda, a Resolução CFC nº 1.543/2018, que estabelece que o planejamento estratégico do Sistema CFC/CRCs deve estar alicerçado, entre outros pilares, na implementação de diretrizes voltadas

ao fortalecimento da imagem institucional do Sistema e da valorização do Profissional da Contabilidade, por meio do aperfeiçoamento técnico e da ampliação das ações de educação continuada.

Com o objetivo de acompanhar as transformações da economia global e a evolução dos processos educacionais em padrões internacionais, o CRCBA investe, por meio de eventos como a XVII Convenção de Contabilidade da Bahia, na qualificação dos profissionais da contabilidade e no fortalecimento da ciência contábil no Estado da Bahia.

Reconhecida como o maior evento da classe contábil baiana, a Convenção tem como propósito reunir profissionais de renome nacional para debater temas relevantes da área técnico-contábil e da gestão empresarial, com foco no desenvolvimento da profissão. O evento é aberto a todos os públicos e representa uma excelente oportunidade para atualização profissional, troca de experiências e networking qualificado.

Entre os principais objetivos da Convenção, destacam-se:

- 1. Expor, debater e divulgar temas atuais e tendências da área contábil;
- 2. Promover a Educação Continuada aos profissionais da contabilidade;
- 3. Proporcionar capacitação técnica, ampliando as condições de atuação profissional;
- 4. Estimular a ética e a responsabilidade social da profissão;
- 5. Reforçar a importância e a representatividade política e social da classe contábil na Bahia e no Brasil.

A XVII CCB representa uma oportunidade única para discutir a evolução da profissão contábil, sendo um ambiente propício para geração de negócios, debates técnicos, atualização de conhecimentos e alinhamento com as práticas globais. Trata-se de um ponto de convergência que valoriza a uniformidade, o profissionalismo e os pilares da contabilidade: princípios, normas e ética.

Com o objetivo de melhor atender aos usuários da contabilidade, o evento se consolida como uma das maiores iniciativas de promoção da educação continuada na Bahia, reunindo cerca de 600 participantes, entre profissionais da contabilidade, estudantes e representantes de áreas correlatas.

### Contratação de Palestrante – Considerações Relevantes

Para viabilizar a realização da XVII CCB, será necessária a contratação de um palestrante, observando os seguintes critérios:

- Perfil do Palestrante: Deve ser uma personalidade de destaque nacional, com amplo conhecimento técnico nas áreas de contabilidade, gestão empresarial e tendências da profissão. É essencial que tenha habilidade para dialogar com públicos diversos, desde estudantes até profissionais experientes.
- Temática da Palestra: O palestrante participará do Talk Show PME Gestão nas Empresas Contábeis: Vendas, Processos, Pessoas e Tecnologias, abordando o tema "Estruturação, Posicionamento e Escala nas Empresas Contábeis".
- Alinhamento com os Objetivos da Convenção: Considerando que a XVII CCB tem como foco a promoção da educação continuada e da capacitação profissional, o palestrante deve ser capaz de engajar o público e fomentar reflexões sobre o tema abordado.
- Logística do Evento: A Convenção será realizada de 10 a 12 de setembro de 2025, no Centro de Cultura Cristã da Bahia (CECBA), em Salvador/BA. O palestrante deverá estar disponível nesse período e apto a se deslocar até o local do evento.

### 2.2. Base Legal:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente

intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;"
- 2.3. **Contratada**: Altair Matias Alves, (Nome Empresarial JP SERVICOS DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO LTDA, inscrito sob nº de CNPJ: 13.365.777/0001-00),
- 2.4. Valor Total da Contratação: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
- 2.5. Diante dos dados expostos, o Presidente Sérvio Túlio dos Sa ntos de Moura **AUTORIZA** a situação de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, com fulcro no art. 72, da Lei nº 14.133/2021, fundamentado no inciso III, alínea "f" do art. 74 da Lei nº 14.133/2021, conforme Termo de Referência e **AUTORIZA** a contratação do objeto.
- 2.6. Determino que o Setor de Licitações lavre o competente instrumento de contrato, e realize as publicações exigidas no art. 72, parágrafo único e art. 94, combinado com o art. 175 da Lei Federal n º 14.133/2021.

### 3. **DA EXEQUIBILIDADE DO ATO**

3.1. Objetivando à exequibilidade deste ato composto, com vistas a torná-lo apto e disponível para produzir seus regulares efeitos, o qual é assinado pelas autoridades que procederam ao reconhecimento e à autorização acima.

#### Reconhecimento

Eraldo Galdino da Silva Júnior Agente de Contratação Assinado eletronicamente via SEI na data consignada

### Autorização

Sérvio Túlio dos Santos de Moura Presidente do CRCBA Autoridade Competente Assinado eletronicamente via SEI na data consignada



Documento assinado eletronicamente por **Eraldo Galdino da Silva Junior**, **Gerente**, em 04/08/2025, às 13:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020</u>.



Documento assinado eletronicamente por **Sérvio Túlio dos Santos Moura**, **Presidente**, em 11/08/2025, às 17:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, do <u>Decreto nº 10.543, de 13</u> <u>de novembro de 2020</u>.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <a href="https://sei.cfc.org.br/sei/controlador\_externo.php?">https://sei.cfc.org.br/sei/controlador\_externo.php?</a>
<a href="mailto:acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0">acesso\_externo=0</a>, informando o código verificador **0950948** e o código CRC **7C38F786**.

Referência: Processo nº 9079604110000156.000080/2025-56

SEI nº 0950948